

11º Encontro da ABCP
31 de julho a 03 de agosto de 2018

Área Temática Eleições e Representação Política

**O Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais: a influência da dinâmica
intrapartidária em suas coligações eleitorais (2004-2016)**

Talita São Thiago Tanscheit
IESP/UERJ

2018

Resumo

Este trabalho tem como objetivo ampliar a compreensão sobre as coligações eleitorais realizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Miguel e Machado (2010) identificam dois momentos no que diz respeito ao padrão de coligações do PT: o primeiro, entre 1982 e 2000, em que o partido realizava coligações mais restritas e baseadas no posicionamento ideológico dos demais partidos, e o segundo, a partir de 2004, quando o partido passou a realizar coligações mais amplas e com partidos mais consolidados eleitoralmente. Em que pese esta mudança, Freire Lacerda (2002) indica, na política de alianças, a principal divergência entre as distintas facções que compõem o PT. Como este debate interno interferiu nas coligações eleitorais municipais do PT neste segundo momento? Utilizando dados do Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, iniciado em 2001, será analisado como a dinâmica intrapartidária interfere nos padrões de coligações eleitorais municipais do PT no período de 2004 a 2016. Defende-se que há maior possibilidade de o PT realizar coligações eleitorais menores e mais ideológicas em municípios em que há uma maior presença das facções de esquerda do PT.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores, coligações eleitorais, eleições municipais, faccionalismo.

Introdução

Em 1985 o Cientista Político Adam Przeworski, em sua obra “Capitalismo e Social Democracia”² identificou o principal dilema dos partidos políticos de origem socialista em emergência e em franca expansão entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX: participar ou não do processo eleitoral. A resposta a este dilema, concentrado, sobretudo nos partidos políticos de esquerda da Europa, é conhecida: estes partidos não apenas optaram por participar do processo eleitoral e foram determinantes na conquista do sufrágio universal, como encontraram no voto uma forma de ampliar a representação política da classe trabalhadora e nas instituições políticas um caminho para que alguns de seus direitos fossem assegurados, o que tinha como objetivo, em linhas gerais, a continuidade do movimento ao socialismo (PRZEWORSKI, 1985; ESPING-ANDERSEN, 1990).

1 Este trabalho foi escrito em conjunto com Felipe Albuquerque, Doutorando em Ciência Política no IESP/UERJ. Infelizmente por normas do encontro, que não permite a coautoria entre doutorandos/as, o autor não pode fazer parte da submissão do trabalho. Esperamos que os próximos encontros da ABCP, seguindo o exemplo dos encontros da ANPOCS, sejam mais inclusivos em relação à apresentação de trabalhos de pós-graduandos/as em suas Áreas Temáticas.

2 Publicado no Brasil em 1991, pela Editora Companhia das Letras.

Neste contexto, emergem os partidos de esquerda afiliados à chamada social democracia, posteriormente reconhecidos como os responsáveis pela organização da representação política tal como ela é concebida hoje em que os partidos políticos organizam-se, idealmente, em torno de um programa político que tem como objetivo representar um eleitorado específico (MANIN, 1995).

Com a decisão de participar no processo eleitoral deixando de ser um dilema, uma outra questão impôs-se a estes partidos: como participar do processo eleitoral? Esta questão diz respeito, essencialmente, à política de alianças a ser realizada vis-à-vis a competição política e o aumento do apelo eleitoral, visando maximizar a possibilidade de êxito eleitoral por parte destes partidos políticos (PRZEWORSKI, 1985; BERGONIOUX; MANIN, 1989).

No contexto dos partidos políticos de esquerda da Europa no decorrer do século XX, optou-se, de uma forma geral, pela realização de alianças com outras classes para além da classe trabalhadora, em especial com trabalhadores manuais e intelectuais. Esta política foi concebida, neste momento, como essencial para a construção de uma sociedade igualitária e para o desenvolvimento do posteriormente chamado Estado de bem-estar social nestes países – em especial no período entre as décadas de 1940 e 1970, considerado a era de ouro da social democracia (PRZEWORSKI, 1985; BERGOUNIOUX; MANIN, 1989).

Ainda que os partidos políticos de esquerda eleitoralmente exitosos da Europa tenham fornecido uma resposta a esta questão, é possível afirmar que ela persiste até os dias de hoje. A recente vitória de Jeremy Corbyn à liderança do Partido Trabalhista do Reino Unido - que em sua campanha apresentou uma forte crítica ao histórico de flexibilização de alianças por parte do trabalhismo – evidencia a resiliência desta questão (RICHARDS, 2016).

Observando o caso da América Latina, esta questão surge após a terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991) e o reestabelecimento ou o surgimento de partidos políticos de esquerda, que passaram a integrar e a ocupar um papel destacado no processo político e eleitoral dos países da região. Neste contexto, o dilema sobre participar ou não do processo eleitoral já não existia, uma vez que partidos como a Frente Ampla (FA) no Uruguai, o Partido Socialista (PSCh) no Chile e o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil definiram já em sua fundação que a participação política através do voto, ou seja, nas instituições representativas, seria um eixo central de seus programas políticos³. Entretanto, a questão

3 Para o caso do PT, ver o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, disponível em: <http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em 29/05/2018.

sobre como participar permaneceu central, em especial frente ao progressivo crescimento destes partidos políticos no decorrer da década de 1990 e a eminência de vitórias eleitorais à Presidência da República.

O PT emerge, desta forma, enquanto uma organização política privilegiada para a análise contemporânea desta questão. Caracterizado como o único partido político de massas em emergência a partir da segunda metade do século XX (ANDERSON, 2011) e reconhecido como o mais importante partido político de esquerda da América Latina, o PT logrou construir uma trajetória de considerável sucesso institucional em um sistema político em que os partidos têm, em geral, poucas raízes sociais (AMARAL; POWER, 2016). A sua trajetória ímpar tornou-o o partido mais estudado do país, sendo possível argumentar sobre a existência de uma subárea nos estudos sobre os partidos políticos e o sistema de partidos dedicada apenas ao PT (AMARAL; POWER, 2016). Entretanto, são poucos os estudos dedicados à uma questão central para a análise deste partido: a influência do faccionalismo e da dinâmica intrapartidária sobre as suas estratégias eleitorais.

Dois elementos justificam a relevância desta questão: i) o notável faccionalismo pelo qual o PT tornou-se reconhecido, possuindo uma composição interna bastante diversa e em constante disputa no que diz respeito à composição de sua direção partidária; ii) o debate sobre a política de alianças e sobre a inserção política do PT nas instituições políticas ter se constituído como uma divergência central entre as distintas facções que compõem o partido (FREIRE LACERDA, 2002).

No marco das diversas análises existentes sobre a política de alianças do PT, destacando-se o trabalho de Miguel e Machado (2007; 2010), que identificam uma mudança no padrão de coligações do PT a partir de 2004, este trabalho tem como objetivo ampliar a compreensão sobre as coligações eleitorais realizadas pelo PT. Utilizando dados inéditos do Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, iniciado em 2001, será analisado como a dinâmica intrapartidária interfere nos padrões de coligações eleitorais municipais do PT no período de 2004 a 2016. Defende-se que há a maior possibilidade de o PT realizar coligações eleitorais menores e mais ideológicas⁴ em municípios em que há uma maior presença das facções de esquerda do PT.

4 Para praticidade metodológica, a classificação ideológica dos partidos segue a usada por outros estudos sobre coligações. Neste caso, serão utilizadas as mesmas classificações de Krause, Machado e Miguel (2017).

Este artigo é composto por quatro seções, além desta “Introdução” e de uma “Conclusão”. A seção “O Partido dos Trabalhadores e as Suas Coligações Eleitorais” realizará uma revisão na literatura sobre o PT e o as coligações no Brasil. A seção “A Política de Alianças e Faccionalismo no Partido dos Trabalhadores” abordará o faccionalismo no PT, apresentando a política de alianças como principal polêmica de sua dinâmica intrapartidária e introduzindo a força da facção Campo Majoritário como potencial influenciadora das coligações eleitorais do PT nos municípios. A seção “Tratamento de Dados e Métodos” descreverá os dados e os métodos que serão utilizados. A seção “Resultados” apresentará os principais resultados deste trabalho. Por fim, a “Conclusão” sintetizará os principais achados deste trabalho e as suas implicações para uma agenda de pesquisa em andamento.

O Partido dos Trabalhadores e as suas Coligações Eleitorais

Desde a década de 1960, quando Soares (1964) deu os primeiros passos nos estudos sobre coligações eleitorais, o debate sobre como os partidos políticos constroem a sua política de alianças no Brasil avançou significativamente, gerando uma profícua agenda de pesquisa na área da Ciência Política. A maioria dos trabalhos – que cobrem o período de 1946 a 1964 e o período pós-redemocratização – na área costumam explicar a formação de coligações eleitorais a partir de dois eixos explicativos: a *teoria da economia dos esforços* ou a *teoria da resistência ideológica*.

Por um lado, seguindo a *teoria da economia de esforços*, há os que apontam para a prevalência do pragmatismo como motivador das coligações eleitorais (SOARES, 1964; LIMA JUNIOR, 1983; SANTOS, 1987; LAVAREDA, 1991; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1996). Neste caso, o partido construiria alianças a fim de minimizar custos e maximizar as suas possibilidades de vitórias eleitorais. Os partidos estariam inclusos dentro de um processo de interação competitiva por recursos escassos – votos, cargos e políticas (PERES, 2017). As coligações seriam uma estratégia cooperativa, garantindo aos parceiros a obtenção desses recursos. Neste caso, o partido construiria alianças a fim de minimizar custos e maximizar as suas possibilidades de vitórias eleitorais e as suas coligações eleitorais seriam uma estratégia cooperativa, garantindo aos parceiros a obtenção desses recursos.

Por outro lado, a *teoria da resistência ideológica*, também proposta no trabalho de Soares (1964), defende que ainda que o partido tenha o fim de maximizar as suas chances de vitória, as definições sobre os partidos aliados seriam restringidas pelo seu posicionamento ideológico em que partidos tenderiam a realizar alianças com outros partidos programaticamente afins (OLIVEIRA, 1973, SCHIMITT, 1999). Desta forma, os partidos seriam

condicionados pelas forças internas que compõem os seus quadros com o objetivo de manter os seus simpatizantes próximos e, conseqüentemente, o seu eleitorado (PANEBIANCO, 2005).

Particularmente na esfera municipal, pesa a definição de racionalidade contextual de Lima Junior (1983). Ao invés de um único sistema partidário nacional, haveria diversos subsistemas partidários estaduais, implicando em substanciais diferenças na dinâmica da competição eleitoral em cada contexto regional. Desta forma, as estratégias partidárias seriam baseadas em questões estaduais e municipais com vistas às eleições municipais (DANTAS, 2007, MORAIS E SOUZA), prevalecendo o fenômeno do governismo na definição da política de alianças, em que os partidos teriam um interesse maior por coligações com as legendas dos governadores dos estados.

Mais recentemente, Anastasia, Nunes e Meira (2010) apontaram que as eleições municipais seriam uma arena de menor importância, tendo como objetivo contextualizar a competição política nas arenas de maior importância, que seriam as estaduais e a nacional. O alinhamento das eleições nas três esferas teria o papel de interligar resultados e posicionamentos de opositoristas ou situacionistas.

Em que pese a grande contribuição destes trabalhos ao estudo sobre as coligações eleitorais, eles apresentam duas limitações: i) partem de uma visão clássica dos partidos políticos enquanto unidades organizacionais indivisíveis – e atores racionais unitários; ii) descartam, como consequência, a existência de uma dinâmica intrapartidária em que distintas facções competem entre si para a definição das estratégias partidárias. Desta forma, perde-se de vista uma dimensão fundamental na análise das estratégias eleitorais adotadas por um partido político: *a influência do faccionalismo e da disputa intrapartidária nas definições sobre a política de alianças e, conseqüentemente, das coligações eleitorais de um partido político.*

Especificamente em relação ao PT, desde a sua primeira participação em eleições municipais, em 1982 – ainda durante a ditadura militar -, o PT tornou-se reconhecido por ser um dos poucos partidos que definiam a sua política de alianças com base em seu posicionamento ideológico. Ainda que o debate em relação à política de alianças já estivesse no centro da dinâmica intrapartidária (FREIRE LACERDA, 2002), este não parecia, ao menos até as eleições de 2000, exercer efeitos sobre a ampliação e a flexibilização das coligações eleitorais do partido.

Nas eleições municipais de 2000, por exemplo, o PT participava de eleições em apenas 2.732 municípios, e integrava coligações compostas por, em média, 2,8 partidos, perdendo apenas para o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Apesar de já ter o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – atual MDB - como o seu parceiro mais

frequente, os seus aliados preferenciais posicionavam-se à esquerda do espectro político e ideológico da época: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (MIGUEL; MACHADO, 2007: 766).

Até este período, o PT apresentou um comportamento diferenciado em relação à sua política de alianças: apesar de sua decisão de participar da competição político-eleitoral, o partido não realizava o maior número possível de coligações visando aumentar o seu apelo eleitoral e, conseqüentemente, a sua representação política. Neste primeiro momento prevalece o interesse em consolidar o seu programa político e a sua “marca” no sistema partidário, apresentando uma estratégia eleitoral que o distinguia dos demais partidos e que o legitimava em uma parcela do eleitorado cujos partidos preferenciais deveriam apresentar um comportamento diferente do da política tradicional (MIGUEL; MACHADO, 2007).

Entretanto, este padrão de coligações começa a mudar a partir da vitória de Lula à Presidência da República, em 2002, e a emblemática coligação com o Partido Liberal (PL) através da qual o empresário José Alencar tornou-se vice-presidente do Brasil. Neste sentido, a consolidação do PT enquanto um partido de abrangência nacional provoca importantes implicações na construção de suas estratégias eleitorais.

Ao analisarem estas implicações, Miguel e Machado (2007; 2010) verificam uma mudança no padrão de coligações do PT a partir das eleições de 2004. Neste ano, o PT participou de eleições em 4.471 municípios, integrando coligações compostas por em média 2,92 partidos, o PMDB manteve-se como o parceiro mais frequente e organizações como o PL e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ganharam peso: o PT passa a optar por realizar coligações mistas, com partidos à esquerda e à direita do espectro político-ideológico do Brasil. Em 2008, este quadro aprofunda-se, e além de ampliar o número de coligações com o PMDB, as coligações com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (antigo Partido da Frente Liberal) tornam-se mais frequentes (MIGUEL; MACHADO, 2010: 353).

Miguel e Machado (2007: 774) argumentam que as coligações eleitorais do PT são menores e mais ideológicas nos momentos em que o partido buscou manter a sua identidade de esquerda. Como decorrência desta argumentação, tem-se um conjunto de afirmações sobre o enfraquecimento de seu programa político e de seu posicionamento ideológico ou de sua sujeição a tendência inexorável de oligarquização dos partidos políticos. Nesta análise, prevalece o entendimento deste partido enquanto um ator político unitário, desconsiderando-se a sua dinâmica intrapartidária e as profundas divergências programáticas das diversas facções que compõem o partido. Da mesma forma, continua-se sabendo pouco sobre as estratégias

partidárias nas eleições municipais, consideradas menos importantes tanto do ponto de vista da competição político-eleitoral quanto da definição programática dos partidos políticos.

Buscando avançar nesta compreensão e uma vez que, como já observado, a política de alianças esteve no centro da disputa política intrapartidária do PT, quais são os seus efeitos sobre as suas coligações eleitorais municipais, em especial em municípios em que há uma maior presença das facções de esquerda do PT? Com o objetivo de responder a esta pergunta, será realizada, a seguir, uma breve aproximação à temática do faccionalismo no PT.

A Política de Alianças e o Faccionalismo do Partido dos Trabalhadores

Apesar de frequente na literatura sobre política, a temática do faccionalismo possui, historicamente, pouco desenvolvimento teórico e empírico na Ciência Política (SARTORI, 1976; BELLONI; BELLER, 1976; BOUCEK, 2009, 2012). Ao passo que a literatura tem dedicando-se bastante à análise da competição interpartidária, pouca atenção é dada à competição intrapartidária: o faccionalismo é, em geral, tratado como um fator residual para a análise dos partidos políticos (BOUCEK, 2012).

Entendido como um fenômeno multifacetado e em constante transformação ao longo do tempo, o faccionalismo define-se pela divisão de um partido político em subgrupos que se envolvem em ações coletivas com vistas a alcançar objetivos específicos, fornecendo uma estrutura para a competição intrapartidária. Como um processo, o faccionalismo não é algo estático, e modifica-se ao longo do tempo em resposta a diversos fatores que atuam sobre a dinâmica interna dos partidos políticos, levando a constantes mudanças no padrão de competição intrapartidária (BOUCEK, 2012).

A ausência de análises sobre o faccionalismo nos partidos políticos torna-se ainda mais alarmante na literatura sobre a esquerda, uma vez o fenômeno é característico destes partidos políticos na América Latina e na Europa, sendo refletido na dinâmica intrapartidária através da composição de suas direções e na construção de seus programas políticos e interferindo, conseqüentemente, nas estratégias partidárias (BOUCEK, 2009). Portanto, a assumpção de partidos políticos enquanto atores unitários apresenta-se enquanto restrita para explicar a sua atuação, especialmente na competição político-eleitoral.

O faccionalismo – ou o “direito à tendência” – é uma realidade da dinâmica interna do PT e a sua estruturação esteve em constante reformulação e aperfeiçoamento ao longo de sua história. Parte constitutiva de sua formação, em 1980, as facções passam a organizar-se regularmente em chapas para as disputas para a renovação da direção nacional do PT em 1984, e o direito à tendência é regulamentado e considerado um direito dos filiados e das

filiadas em 1987, quando as facções passam a ser consideradas organizações internas que se agrupam ou se organizam para defender determinadas posições políticas no interior do partido (5º Encontro Nacional do PT, 1987). Ao longo de sua história, este direito foi sendo aperfeiçoado e o acesso à direção do PT democratizado, como por exemplo, através da regulamentação da proporcionalidade entre as facções para a composição da direção Executiva em 1990 e a exigência mínima de 10% dos delegados e das delegadas para que a chapa elegeisse membros ao Diretório sendo retirada em 1991 (FREIRE LACERDA, 2002).

Segundo Freire Lacerda (2002), o faccionalismo no PT organizou-se em torno de duas dimensões: i) a primeira relativa aos objetivos de longo prazo ou ideologicamente fundacionais ao partido, com papel destacado ao papel das instituições representativas no objetivo socialista; ii) a segunda relativa aos programas de políticas públicas ofertadas ao eleitorado, com papel destacado à política de alianças, uma vez que esta está imediatamente relacionada ao programa de governo que o partido apresentará frente às eleições.

As divergências em relação à política de alianças organizaram-se, no faccionalismo e na dinâmica intrapartidária do PT, através de dois blocos: i) o primeiro bloco, onde localizaram-se as facções à esquerda do PT, que defendia a realização de alianças restritas e apenas com partidos políticos de esquerda⁵; ii) e o segundo bloco, onde localizou-se o Campo Majoritário, a facção hegemônica do PT e responsável por congregar um variado leque de organizações, que defendia a realização de alianças que conformassem um amplo arco partidário-parlamentar, incluindo os partidos políticos posicionados ideologicamente ao centro do espectro político e ideológico partidário⁶ (FREIRE LACERDA, 2002: 58). Pelo seu evidente protagonismo no desenvolvimento histórico do PT, é esta facção que receberá atenção para a análise das coligações eleitorais do PT.

Desde 1983, o PT contou com uma facção majoritária, que recebeu o nome inicial de Articulação dos 113, consolidou-se enquanto Articulação Unidade na Luta e tornou-se hegemônica em 1995 com o nome de Campo Majoritário, sendo desde 2007 chamada de

5 Ocorreram, ao longo da história, algumas divergências no interior das facções de esquerda do PT em relação à quais seriam estes partidos. Entretanto, os que sempre estiveram presentes foram o Partido PCdoB, o PDT e o PSB.

6 Este arco partidário-parlamentar irá, progressivamente, sendo ampliado em relação à quantidade e ao posicionamento ideológico dos partidos políticos.

Construindo um Novo Brasil⁷. Esta facção marca o surgimento da primeira coalizão dominante da história do PT (RIBEIRO, 2010) e salvo um breve interregno entre 1993 e 1995, em que uma coalizão de esquerda obteve maioria na composição interna do PT, sempre obteve maioria na competição política intrapartidária e, conseqüentemente, assumiu a responsabilidade de condução política do partido.

A origem do Campo Majoritário teve como objetivo dar uma resposta à desarticulação do partido em seus primeiros anos, em que ainda perdurava a polêmica, no seio das facções de esquerda, se o PT deveria ser um partido ou uma frente de organizações políticas (FREIRE LACERDA, 2002). Em seu desenvolvimento histórico, ver-se-á que o Campo Majoritário atuou de forma a coibir as facções de esquerda do PT, que além de sua progressiva relevância na dinâmica intrapartidária possuía divergências relevantes em relação aos objetivos que dirigentes do Campo Majoritário – como Lula, José Dirceu e, de forma mais tardia, José Genoíno – possuíam em relação ao partido.

Para tanto, o Campo Majoritário desenvolveu-se: i) com uma feição *guarda-chuva*, agrupando as lideranças partidárias e a militância que não possuíam vinculações a alguma facção de esquerda do PT; ii) com o objetivo de manter a hegemonia do PT, derrotando as facções de esquerda nas eleições internas do PT e principalmente favorecendo a apresentação de um programa eleitoral destinado a ampliar o seu apelo eleitoral através de uma flexibilização na escolha dos partidos parceiros em suas coligações eleitorais (RIBEIRO, 2010).

A partir de 2001, o PT tornou-se o primeiro partido político do Brasil a realizar a escolha de suas direções através de um Processo de Eleições Diretas (PED), em que todos os filiados e as filiadas em dia com as suas obrigações partidárias são convocados a eleger a pessoa que ocupará a presidência do partido e a chapa de sua preferência para a composição dos diretórios municipais, estaduais e nacional do PT. O PED insere-se em um calendário eleitoral antecedido por um período de campanhas eleitorais marcadas por intensos debates políticos, culminando em um dia único de votação aos moldes das eleições gerais no Brasil. A escolha dos filiados e das filiadas a presidência do partido e a composição dos diretórios ocorre, respectivamente, a partir das candidaturas e das chapas inscritas em nível municipal, estadual e nacional.

7 Esta mudança não revela nenhuma transformação substantiva nas lideranças ou nos objetivos da facção, motivo pelo qual ela será chamada, neste trabalho, Campo Majoritário, denominação que expressa a hegemonia desta facção na composição interna do PT.

A despeito das análises positivas ou negativas em relação ao PED, o fato é que a sua introdução significou um novo período no que diz respeito à composição interna do PT, marcado pela hegemonia do Campo Majoritário, em especial na composição do Diretório Nacional do PT (RIBEIRO, 2010, p. 282). Se antes o Campo Majoritário não contava com uma ampla maioria, a instituição do PED marca a rápida expansão municipal do PT e a sobreposição ampla do Campo Majoritário sobre as facções de esquerda do PT (AMARAL, 2013). Em 2004, tem-se não apenas as primeiras eleições municipais em que o PT participou sob uma nova dinâmica de composição política para a composição de suas direções partidárias: sob a hegemonia do Campo Majoritário, esta é também a primeira eleição em que pode ser verificada uma mudança no padrão de coligações do PT (MIGUEL; MACHADO, 2007, 2010).

Entretanto, o faccionalismo e a dinâmica intrapartidária em nível municipal não necessariamente acompanharam a composição interna do PT em nível nacional, e diversos municípios do país mantiveram um tamanho expressivo das facções internas da esquerda do PT. Como a força do Campo Majoritário interfere nas coligações eleitorais realizadas em nível municipal a partir de 2004? A composição interna do PT altera as coligações realizadas em nível municipal? O tamanho do Campo Majoritário nos municípios interfere nas coligações eleitorais do PT? É esta análise que será realizada a seguir.

Tratamento de Dados e Métodos

Este trabalho tem como objetivo responder a duas questões ausentes tanto na literatura sobre o PT quanto na literatura sobre coligações eleitorais. Em primeiro lugar, procuraremos responder se o tamanho das facções internas impacta para as construções das estratégias eleitorais do PT – ou seja, se as divergências programáticas continuam organizando a dinâmica intrapartidária. Em segundo lugar, buscaremos responder como o faccionalismo afeta as coligações eleitorais realizadas pelo PT nos municípios. Em torno destas duas questões estão organizados os testes empíricos deste trabalho, os quais estão sumarizados na corrente seção.

O campo de estudos de coligações eleitorais é caracterizado pelo uso de técnicas quantitativas e de bancos de dados com alto número de casos para identificação das principais causas e características que envolvem a construção de alianças eleitorais no Brasil. Na esfera municipal, os estudos variam entre estudos de caso (SILVA, 2015; CARREIRÃO, 2006; GUGLIANO & RODRIGUES, 2017), análises que abarcam apenas os maiores municípios (RIBEIRO, 2010) ou principais partidos (RESENDE & EPITÁCIO, 2017; KRAUSE, GERARDI & SCHAEFER, 2017; MIGUEL & MACHADO, 2007 e 2010), auxiliando a entender

especificidades da lógica coligacionista que estudos mais amplos (DANTAS; 2007) não são capazes de explicar.

Em nosso estudo, a unidade de análise serão as coligações eleitorais em que o PT participa. A escolha deste partido ocorre pelos diversos fatores já expostos neste trabalho, destacando-se o seu reconhecido faccionalismo e a capacidade de analisa-lo quantitativamente a partir dos dados do PED, nos auxiliando a identificar mais facilmente o impacto que a disputa intrapartidária tem sobre os diversos ciclos eleitorais. Para tanto, este trabalho utilizará um conjunto de modelos econométricos com o objetivo de identificar se e como o faccionalismo influencia nas estratégias partidárias do PT.

Serão estimados modelos logísticos com estimadores de máxima verossimilhança. Tais modelos são usados de forma recorrente pela Ciência Política por tomarem variáveis binárias como dependentes. Da mesma forma, regressões lineares também nos auxiliarão a identificar o impacto que as facções internas têm na estratégia eleitoral do PT, sendo possível verificarmos como o faccionalismo influencia nas coligações e na quantidade de parceiros que o PT se alia nas eleições municipais e nos informando quais são os principais partidos coligados de acordo com a facção majoritária no município.

Para tal, montamos um banco de dados composto por todos os municípios brasileiros em que o PT concorre e em que ocorreram as eleições do PED, onde três hipóteses gerais foram investigadas:

- 1) O crescimento da proporção das coligações realizadas pelo PT desde 2004 está relacionado, entre outros fatores, à hegemonia intrapartidária do Campo Majoritário, em que *quanto maior a força do Campo Majoritário no nível local, maior a probabilidade do PT se coligar*;
- 2) Decidindo pela estratégia coligativa, o Campo Majoritário possui um leque maior de opções de partidos para se coligar, ao contrário das facções de esquerda, que priorizam partidos ideologicamente mais próximos, em que *quanto maior a força do Campo Majoritário no nível local, maior o tamanho da coligação*;
- 3) As facções de esquerda privilegiarão a realização de coligações com partidos posicionados à esquerda do espectro político ideológico, e no sentido contrário, *quanto maior a força do Campo Majoritário no nível local, maior a proporção de coligações com partidos de centro e de direita*.

A adoção de coligação eleitoral pelo PT é a nossa variável dependente. No período de 2005-2009, serão 2216 municípios, apresentando um crescimento no período 2009-2012, com 2987 municípios, e uma diminuição no período 2013-2016, com 2097 municípios, totalizando

7300 casos. A principal variável independente a ser testada é a composição interna do PT. Ela é identificada a partir do resultado das votações municipais dos PED's, de 2005 a 2009. Essas eleições são uma boa *proxy* por representar aproximadamente o tamanho de cada facção em um determinado município. E, ao invés de identificarmos cada chapa como de esquerda ou de direita, será aglutinada todas as chapas que não a do Campo Majoritário como sendo facções de esquerda. A lógica desta estratégia de mensuração é de que em municípios onde o Campo Majoritário obteve uma votação maior a presença das facções de esquerda é menor, uma vez que esta facção foi vitoriosa em neutralizar a presença das facções de esquerda do PT (RIBEIRO, 2010).

Também serão testadas nos modelos variáveis que representam explicações alternativas para a adoção e o tamanho das coligações pelos partidos brasileiros. São condições que a teoria entende que impacta negativamente ou positivamente a opção por determinada estratégia coligativa. Em primeiro lugar, será incluída como variável de controle o tamanho do município. Segundo Peixoto (2010), é notória a flexibilização dos parceiros preferenciais das coligações na medida em que reduz-se o tamanho do eleitorado (PEIXOTO, 2010: 288). Mais especificamente, Miguel e Machado (2010) defendem que quanto menor a densidade eleitoral do município, maiores as chances do PT se coligar com partidos de direita. Caminhando para um âmbito mais geral, essa variável é também entendida como um dos principais fatores a serem levados em conta no momento da construção de coligações (SOARES, 1964).

Em segundo lugar, serão adicionadas como variáveis *dummies* o controle da prefeitura e do governo do estado por um membro do PT. Uma vez que estando no Executivo o principal objetivo de um partido seria a sua reeleição, o que o motiva a maximizar o seu apelo eleitoral, será verificado se o fato de o PT estar no governo estadual ou municipal influi na probabilidade de coligação, e, caso influa, quais são os seus principais partidos parceiros.

Por fim, no caso do modelo para análise do impacto do PT, buscou-se uma segunda forma de controle a fim de tornar os coeficientes menos enviesados, a partir do uso de efeitos fixos nos estados. Em síntese, a introdução de efeito fixo permite ao modelo seccionar a análise a partir de características que são consideradas fixas no tempo. Neste caso, ao controlar por estados, os modelos passam a comparar os municípios somente dentro de cada estado, tornando os parâmetros de comparação mais equilibrados e diminuindo possível viés dos estimadores. Com o efeito fixo por estado serão comparados municípios mais semelhantes, concentrando a diferença na variável de interesse.

Resultados

A maior ou menor presença do Campo Majoritário no município influencia a opção do PT por se coligar? Para responder a esta pergunta, foram estimadas duas especificações ao modelo acima descrito, onde os coeficientes e seus intervalos de confiança são apresentados na Tabela 1.

Quadro 1 Regressão Logística

Resultados

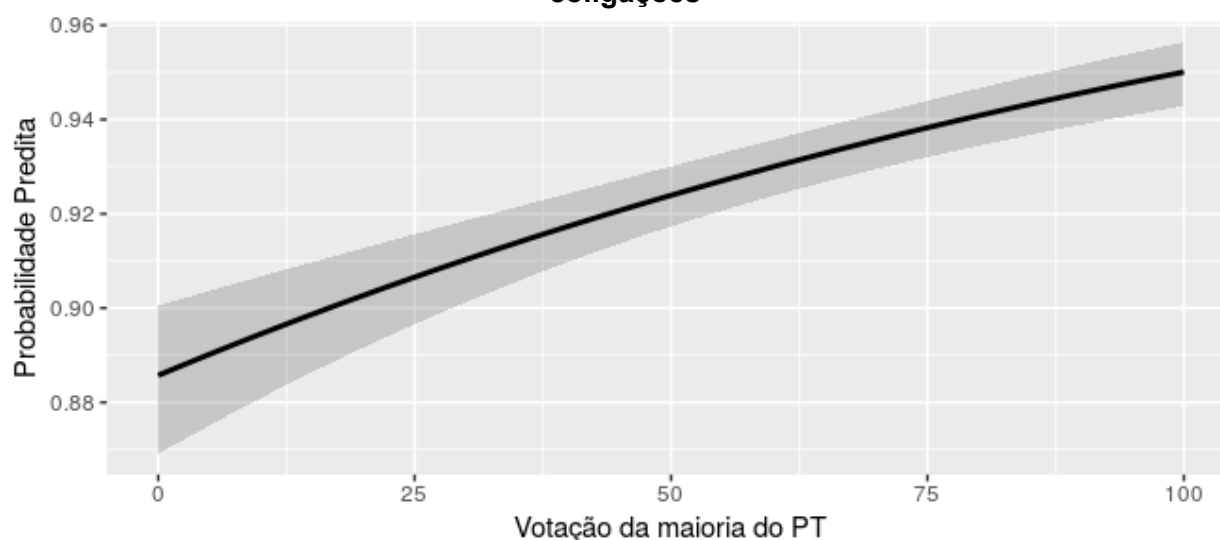
	Variável Dependente	
	(Sem Efeitos Fixos)	Coligou (Com Efeitos Fixos)
Campo Majoritário	0.009*** (0.001)	0.005*** (0.001)
Eleitorado	0.190*** (0.009)	-0.140*** (0.039)
Prefeito	1.400*** (0.390)	1.500*** (0.390)
Governador	0.560 (0.130)	0.350* (0.180)
Observações	7,300	7,300
Probabilidade Logística	-1,839.000	-1,754.000
Inf. Crit. Akaike	3,686.000	3,564.000

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

No primeiro modelo, sem a utilização de nenhum efeito fixo, todas as variáveis possuem uma elevada significância estatística. Ao adicionar o efeito fixo, porém, a presença de governador petista perde grande parte da significância estatística, ao mesmo tempo em que o tamanho do município varia de sinal, mantendo a sua significância, reforçando a intuição de que tal técnica econométrica torna os estimadores menos viesados. Duas das três variáveis que atingem significância estatística - proporção do Campo Majoritário e prefeitura do PT – têm efeito positivo, enquanto o tamanho do município apresenta efeito negativo. **Em outras palavras e em referência à primeira hipótese, a probabilidade do PT se coligar aumenta em municípios menores e com prefeitos filiados ao PT – como esperado – mas também com uma maior presença do Campo Majoritário.**

Para uma interpretação mais intuitiva do faccionalismo dentro do PT, apresentamos na Figura 1 a probabilidade predita do modelo, tendo como interesse a presença do Campo Majoritário em nível local. O tamanho do município, no caso, é tomado pelo seu valor médio. Independentemente da força do Campo Majoritário no nível municipal, a probabilidade do PT se coligar já é alta. Partindo-se de 88% dos municípios onde sua presença é menor, chega a 95% a probabilidade de se coligar em municípios onde seja dominante, ou seja, um aumento de 7% na probabilidade de se aliar a outro partido.

Figura 1
Probabilidade predita para impacto do Campo Majoritário na adoção de coligações



Quanto às outras variáveis, os resultados aqui encontrados confirmam hipóteses já presentes na literatura, fortalecem hipóteses ainda em disputa e apresentam novos caminhos a serem seguidos. Em primeiro lugar, este trabalho aproxima-se ao de Limongi e Vassalai (2016), que constata que coligar-se é a regra geral das estratégias eleitorais. Em segundo lugar e em um sentido semelhante aos estudos sobre coligações – tanto municipais quanto estaduais –, quanto maior o tamanho do município, menor a probabilidade de um partido se coligar. Em terceiro lugar, a pouca influência de um governo estadual do PT na construção de suas coligações eleitorais reforçam o trabalho de Silva (2016), que identifica nas estruturas partidárias, e não na influência do governador, a responsabilidade sobre o padrão de coligações eleitorais. Por fim, os resultados motivam estudos mais aprofundados sobre a temática do faccionalismo em esferas estaduais particulares, como Rio Grande do Sul e São Paulo, uma vez que a disparidade em relação à estratégia coligacionista pode indicar diferentes matrizes e marcos da disputa intrapartidária.

Em relação à segunda hipótese: o tamanho das facções de esquerda do PT altera o tamanho das coligações adotadas nos municípios? Ou seja, facções de esquerda do PT, ao se coligarem, adotam uma estratégia coligacionista mais enxuta e abarcando menos partidos? A Tabela 2 e a Figura 2 apresentam os modelos lineares estimados para elucidar tal questão, restringindo os casos aos municípios onde o PT se coligou nos três ciclos eleitorais.

Quadro 2
Regressão Linear

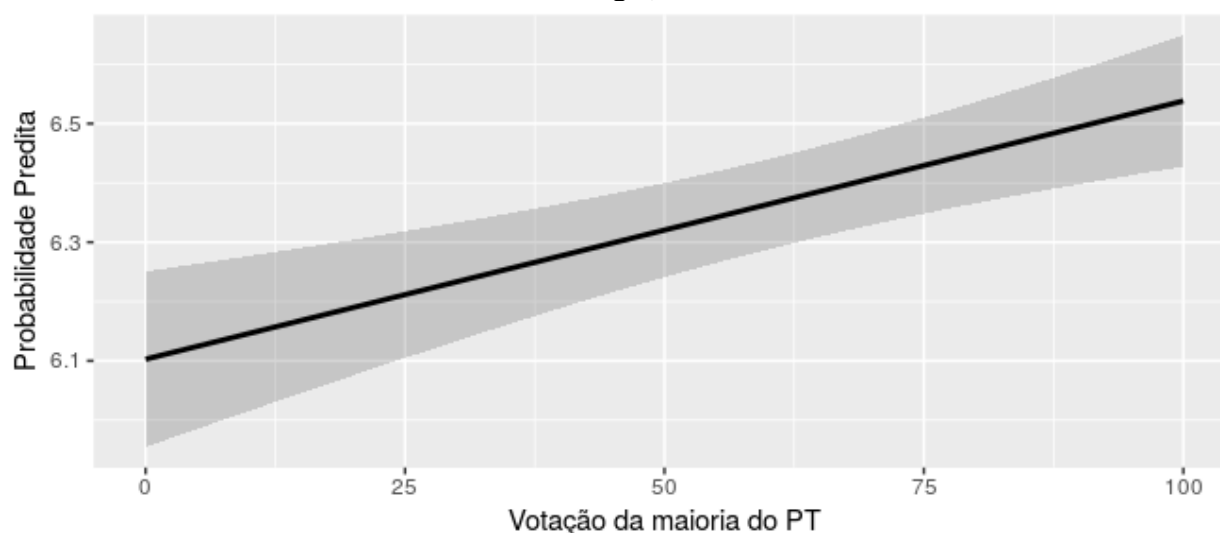
	Variável Dependente	
	Tamanho da Coligação	
	(Sem Efeitos Fixos)	(Com Efeitos Fixos)
Campo Majoritário	0.004*** (0.001)	0.005*** (0.001)
Eleitorado	0.630*** (0.008)	0.750*** (0.035)
Prefeito	-0.005 (0.170)	0.230 (0.170)
Governador	-0.040 (0.094)	0.210 (0.130)
Observações	6,796	6,796
R2	0.800	0.810
R2 Ajustado	0.800	0.810
Erro Residual	3.200 (df = 6792)	3.100 (df = 6768)
Estatística F	6,757.000*** (df = 4; 6792)	1,062.000*** (df = 28; 6768)

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A interpretação destes resultados segue a mesma linha de Limongi e Vassalai (2016) de que as eleições majoritárias, independente do tamanho do município, estão transformando-se em pleitos entre dois partidos. Em municípios maiores, à uma tendência a existência de mais partidos, e, portanto, maior a opção de parceiros que o PT pode se aliar. De modo análogo ao anterior, o fato de o governo estadual ser do PT tem pouca significância estatística, porém desta vez a prefeitura ser do PT também não obtém significância estatística, e o impacto destas variáveis é positivo.

A única variável que obtém significância estatística em conjunto com o tamanho do município está relacionada ao tamanho do Campo Majoritário no nível municipal, em quanto maior a votação do Campo Majoritário no nível local, maior o tamanho da coligação nas eleições para o Executivo. A Figura 2 apresenta a probabilidade predita do impacto dessa variável de interesse no modelo, em que novamente o tamanho do município é tomado como seu valor médio. De modo geral, o PT se coliga com uma quantidade razoável de partidos independente da força das facções de esquerda no município. O crescimento na média de partidos coligados sobe, por exemplo, 6,1 em cidades em que as facções de esquerda são maiores para um pouco mais de 6,5 em cidades onde o Campo Majoritário possui maior presença. Embora a força do Campo Majoritário impacte na quantidade de partidos aliados, a variação é relativamente baixa.

Figura 2
Probabilidade Predita para Impacto do Campo Majoritário no Tamanho da Coligação

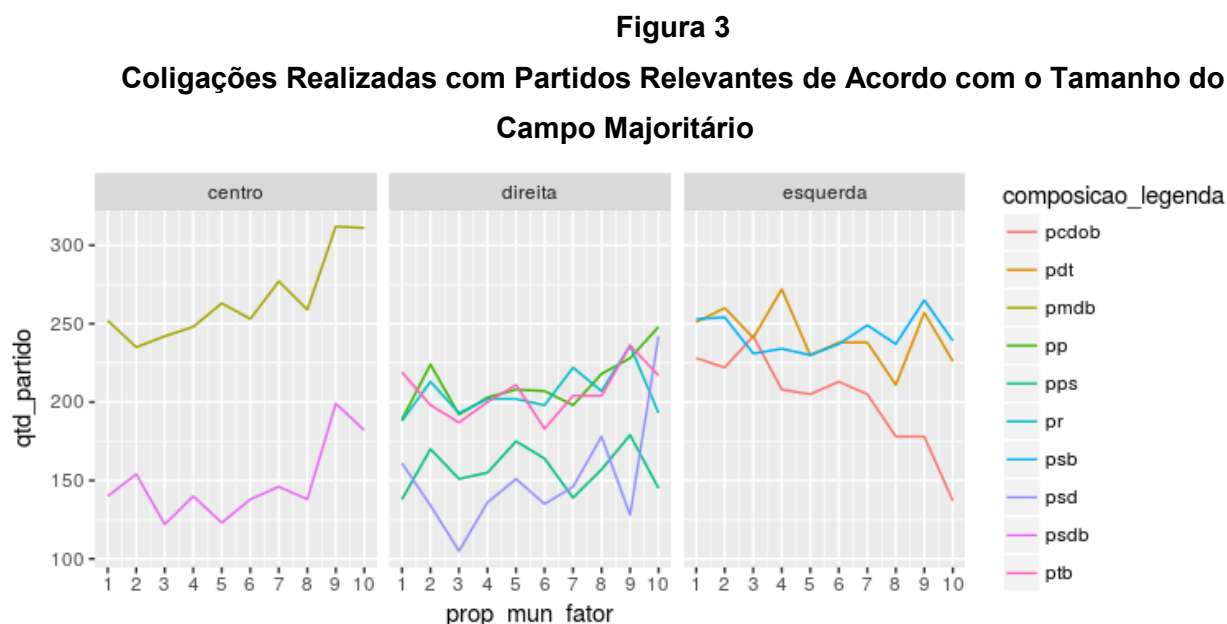


Por fim, uma última questão deve ser respondida. Se por um lado o pragmatismo em relação à realização de coligações permanece forte mesmo que o Campo Majoritário seja fraco em nível local, o que pode ser verificado em relação à resistência ideológica? Ou seja, quais são os parceiros preferenciais do PT, de acordo com a força de uma determinada facção no município? Para a realização desta análise, utiliza-se a classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros de Krause, Machado e Miguel (2017), com algumas pequenas variações. Estes autores dividem os partidos em três eixos ideológicos:

- 1) Esquerda: PT, PSB, PDT, PCB, PCO, PHS, PMN, PSTU, PV, PCdoB, PPS e PL;
- 2) Centro: PSDB e PMDB;
- 3) Direita: PTB, DEM, PP, PTC, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PTdoB, PTN, PR, PRB, PSD, PEN, PROS e SD.

Em nossa análise, o PPS será considerado um partido do eixo ideológico de direita, seguindo os trabalhos recentes de Power e Zucco (2009), Zucco (2011) e Braga e Pimentel (2013).

Para responder a Hipótese 3, optamos por utilizar apenas aqueles partidos considerados relevantes, ou seja, que apresentaram, ao longo dos anos, potencial para a formação de coalizões governistas ou oposicionistas em nível federal (MIRANDA; 2012). São eles: PDT, PSB, PC do B, PMDB, PSDB, PMDB, DEM, PP, PTB, PR e PSD. A Figura 3 apresenta a quantidade de vezes que cada um dos partidos relevantes aqui analisados se coligam com o PT nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016. Para a representação gráfica, foi dividido a proporção de votos do Campo Majoritário em *decis*. Quanto mais próximo de 10, maior a força do Campo Majoritário.



O PT apresenta alguns padrões de acordo com a composição interna no nível municipal. Municípios onde as facções de esquerda são mais fortes apresentam uma quantidade maior de coligações com partidos de esquerda. Por um lado, com o crescimento do Campo Majoritário, enquanto PSB e PDT apresentam apenas uma leve queda, a quantidade de

coligações com o PCdoB, aliado do PT em nível federal desde as eleições de 1989, despenca. Por outro lado, têm-se uma tendência contrária com os partidos de centro, em que quanto mais forte o Campo Majoritário no município, maior a opção por se coligar com esses partidos, destacando-se o considerável crescimento de coligações com o PSDB, com quem o PT vem organizando, desde 1994, a polarização política nas eleições presidenciais. Da mesma forma, mas menos aparente, os partidos de direita também se mostram mais presentes frente à uma maior presença do Campo Majoritário, demonstrando que há uma resistência ideológica das facções de esquerda do PT que análises gerais não demonstram devido à predominância do Campo Majoritário de uma forma geral.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo contribuir para as investigações sobre as coligações eleitorais municipais, de uma forma geral, e para as estratégias partidárias e eleitorais realizadas pelo PT, de uma forma específica. Como contribuição original, apresentamos uma nova dimensão ainda não abordada nesta área de estudos: a influência do faccionalismo e da dinâmica intrapartidária na construção das estratégias eleitorais de um partido política.

Como hipótese principal, tinha-se o PT enquanto um partido ainda em disputa em relação ao seu programa político, em que a decisão de como participar identificada por Przeworski (1985) não teria sido resolvida e a política de alianças seria marcada por divergências centrais entre as facções de esquerda e o Campo Majoritário, resultando em diferentes estratégias eleitorais em nível municipal. Particularmente, as estratégias coligacionistas teriam desenhos distintos de acordo com a força do Campo Majoritário no nível local.

Buscou-se, portanto, contribuir metodologicamente à área de estudos sobre coligações eleitorais em dois aspectos centrais. Em primeiro lugar, apresentando a relevância do faccionalismo e da dinâmica intrapartidária para a definição da política de alianças e do padrão de coligações a ser construído pelo PT. Em segundo lugar, utilizando dados das eleições diretas do PT para aferir como a dinâmica intrapartidária afeta nas estratégias eleitorais do partido. Em ambos os casos, se trata de proposta de pesquisa inovadora na temática relacionada às coligações eleitorais.

Duas outras contribuições foram realizadas em nossa análise. Em primeiro lugar, aprofundamos a compreensão sobre a mudança no padrão de coligações do PT a partir da vitória de Lula à Presidência da República em 2004 e o seu impacto nas coligações do PT a partir das eleições municipais de 2004. A realização de coligações é uma prioridade para o

partido nas disputas ao Executivo e explicações que giram em torno da obrigatoriedade do partido coligar-se nos pleitos proporcionais com partidos da chapa do Executivo (LIMONGI; VASSELAI, 2016) ou do aumento de suas chances de vitória e acesso a recursos como cargos e políticas públicas (MIGUEL; MACHADO, 2010; PERES, 2017) não podem ser descartadas.

Por outro lado, e de forma significativa, o banco composto por dados da composição interna do PT demonstrou a relevância do faccionalismo na adoção das estratégias eleitorais do partido, em especial no que diz respeito à escolha dos partidos aliados: o fato do tamanho do Campo Majoritário implicar na proporção de coligações com partidos políticos de esquerda é um achado considerável. Em diálogo com a literatura sobre as coligações eleitorais, as estratégias eleitorais do PT seriam marcadas por um hibridismo entre a teoria da economia dos esforços e a teoria da resistência ideológica, desafiando também uma parte da literatura recente sobre o PT (HUNTER, 2010; RIBEIRO 2010) que identifica uma transformação no PT que o distanciaria consideravelmente de sua origem e das principais divergências através das quais o partido organizou-se desde a sua fundação.

Desta forma, indica-se que não apenas as divergências programáticas permanecem sendo relevantes na dinâmica intrapartidária do PT, como também as eleições municipais estão imbuídas de um debate programático que pode vir a estar alinhado partidariamente (SALLES; GUARNIERI, 2018), desafiando teorias explicativas recentes em que as coligações eleitorais seriam balizadas pelo fenômeno do governismo e em que o posicionamento ideológico no sistema de partidos teria um efeito reduzido sobre a política de alianças e as estratégias eleitorais dos partidos políticos.

Por fim, inserindo este trabalho em uma agenda de pesquisa em andamento, duas questões podem ser aprofundadas para uma melhor compreensão do fenômeno do faccionalismo e das coligações eleitorais do PT. Em primeiro lugar, a realização de pesquisas que combinem métodos quantitativos e qualitativos, com vistas a aprofundar as variações regionais – como do RS e de SP- nas estratégias partidárias adotadas pela PT. Em segundo lugar e seguindo a sugestão de Braga (2013) a implicação de outros fatores da dinâmica intrapartidária e do faccionalismo nas estratégias eleitorais e nas consequentes políticas públicas apresentadas pelo partido ao eleitorado.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Oswaldo. As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 67-86, 2013.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA, João Francisco. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2010.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos-Cebrap**, n. 91, p. 23-52, 2011.

BELLONI, Frank P.; BELLER, Dennis C. The study of party factions as competitive political organizations. **Western Political Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 531-549, 1976.

BOUCEK, Françoise. Rethinking factionalism: typologies, intra-party dynamics and three faces of factionalism. **Party Politics**, v. 15, n. 4, p. 455-485, 2009.

BOUCEK, Françoise. **Factional Politics: How Dominant Parties Implode or Stabilize**. Palgrave Macmillan, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Agenda Política**, v. 1, n. 1, 2013.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 13-36, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. 4 The Three Political Economies of the Welfare State. **International journal of sociology**, v. 20, n. 3, p. 92-123, 1990.

FIGUEIREDO, Marcus. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. **Cadernos de Conjuntura**, v. 50, 1994.

FREIRE LACERDA, Alan Daniel. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, v. 45, p. 39 citation_lastpage= 76, 2002

GUGLIANO, Alfredo Alejandro; RODRIGUES, Priscila Alves. O “balaio de gatos” da participação popular: as coligações eleitorais nas cidades que executaram orçamentos participativos no Rio Grande do Sul. **Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Konrad Adenauer Stiftung, 2017

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's third wave. **Journal of democracy**, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

KRAUSE, Silvana, GERARDI, Dirceu André; SCHAEFER, Bruno Marques. As coligações do novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados. **Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Konrad Adenauer Stiftung

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Konrad Adenauer Stiftung, 2017

LAVAREDA, Antonio. A democracia nas urnas. **O processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de . **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Graal, 1983.

LIMONGI, Fernando; VASSELAI, Fabricio. Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. **Anais do X Encontro da ABCP, Belo Horizonte**, 2016.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 4, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MIRANDA, Geralda Luiza de. Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, 2013.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

OLIVEIRA, Lucia M. Lippi. **Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. **KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, LF Coligações partidárias na nova democracia brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 277-300, 2010.

PERES, Paulo; Lenine, Enzo. Uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. **Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990–2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa F. Fidelidade aliancista: as alianças eleitorais nas eleições majoritárias estaduais e o caso do PSB. **Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Konrad Adenauer Stiftung, 2017

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79”(1996-2008). **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

RICHARDS, Steve. Leadership, loyalty and the rise of Jeremy Corbyn. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 1, p. 12-17, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. **São Paulo: Vértice**, v. 134, 1987.

SARTORI, Giovanni. Party and party systems. **A Framework for Analysis**. Cambridge, Cambridge UP, 1976.

SCHMITT, Rogério. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. 1999. Tese de Doutorado.

SILVA, Josimar Gonçalves da. O padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás: influência do partido do governo estadual nas eleições para os executivos municipais (1988-2012). 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 17, p. 95-124, 1964.

ZUCCO JR, Cesar. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.